

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.577 - SP (2018/0302422-3)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : GERALDO VALENTIM JULIANI NOGUEIRA
ADVOGADOS : SILENO FOGAÇA - SP139108
MONICA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA FOGAÇA
- SP341323

DECISÃO

O Ministério Público do Estado de São Paulo interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça Estadual (fl. 209):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação civil pública ambiental - Medida liminar concedida.

1) Determinada abstenção de intervenção em APP - Cabimento - Medida acautelatória de preservação do meio ambiente - Inteligência do art. 225 da CF.

2) Adoção de providências materiais necessárias para o pronto início de recuperação espontânea das áreas degradadas - Possibilidade - Obrigação de reparação da área prevista no art. 7º, § 1º, do Novo Código Florestal - Ausência de comprovação de que o proprietário tenha aderido ao PRA.

3) Pretendida continuação de atividades agrossilvipastoris na área - Não cabimento - Constatação de área consolidada que não se confunde com permissão para continuidade das atividades - Imóvel com 28,10 módulos fiscais - Caput do art. 61-A da Lei 12.651/2012 que deve ser interpretado em consonância com o § 4º, II, e com o art. 63.

4) Marco inicial da APP, no entanto, que deve ser considerado a partir do leito regular, nos termos do art. 4º, I, do Novo Código Florestal.

5) Abstenção de intervenção em áreas de várzea - Não cabimento - Atividade autorizada pela CATI, nos termos do Decreto Estadual 39.473/1994 - Decisão parcialmente reformada - Agravo parcialmente provido.

Os sucessivos embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 232-233 e 250-253).

Na origem, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública ambiental contra Geraldo Valentim Juliani Nogueira, sustentando ter havido supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente e, ainda, atividade de extração de cascalho sem o devido licenciamento.

A liminar proposta com objetivo de que o réu se abstivesse de intervir na referida área foi deferida em primeira instância (fls. 88-91), mas em grau recursal o Tribunal *a quo* reformou parcialmente a decisão, nos termos da ementa transcrita.

Em suas razões especiais o *Parquet* alega, inicialmente, violação do art. 535, II, do CPC/73, uma vez que o Tribunal *a quo*, a despeito da

oposição dos declaratórios, não teria enfrentado questões relacionadas ao marco inicial da Área de Preservação Permanente.

Afirma, também, afronta ao art. 4º, I, da Lei n. 12.651/2012, tendo em contra que a Lei n. 4.771/65 definia de forma diferenciada o marco inicial da APP, sustentando que a aplicação da lei nova, “[...] além de permitir a supressão de parcela significativa das áreas de preservação permanente existentes, bem como o aumento de riscos ao patrimônio público de privado e às vidas humanas” (fl. 270).

Invoca divergência jurisprudencial com julgado desta Corte no intuito de comprovar o alegado dissídio.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 331-342).

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

O acórdão objeto do presente recurso foi prolatado em sede de agravo de instrumento, em autos de ação civil pública ambiental, limitado ao exame da presença dos pressupostos para concessão da liminar.

Em consulta ao sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo verifica-se que, em 03.06.2016, foi proferida decisão nos autos originários, julgando procedente em parte a ação civil, para condenar o réu na obrigação de não fazer e na apresentação de projeto de recuperação da área degradada.

Dada a superveniência do julgamento da ação originária, não mais persiste a discussão acerca da decisão interlocutória, nos termos do firme entendimento jurisprudencial desta eg. Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO. REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO DE DECISÃO QUE, NA ORIGEM, INDEFERIRA A LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA INDEFERINDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA EXAME DO PEDIDO. POSTERIOR JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA, COM DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. PERDA DO OBJETO DO RECURSO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. A agravante, com base no art. 288 do RISTJ c/c o art. 294 do CPC/2015, busca a concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecedente, em face do indeferimento de antecipação dos efeitos da tutela recursal, em Agravo de Instrumento interposto contra decisum indeferitório de

liminar, que, por sua vez, fora proferido em Mandado de Segurança, por ela impetrado contra ato do Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas.

II. Nos termos dos arts. 299 e 1.029, § 5º, III, do CPC/2015 e 288 do RISTJ e das Súmulas 634 e 635/STF, tratando-se de decisão monocrática proferida em Agravo de Instrumento interposto contra o indeferimento de decisão liminar, em Mandado de Segurança, ainda não examinado, no mérito, pelo órgão colegiado do Tribunal do origem, manifesta a incompetência do STJ para apreciar a presente Tutela Provisória de Urgência.

III. Ainda que assim não fosse, conforme informado pelas partes, após a formulação do presente pedido, o Mandado de Segurança, impetrado pela agravante, foi julgado extinto, sem exame do mérito. Interposta Apelação, foi ela parcialmente provida, para, afastando a preliminar acolhida na sentença, denegar a ordem. Desta forma, prejudicado, por perda do objeto, o exame do pedido formulado pela agravante.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas" (STJ, EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 19/11/2015). Nesse sentido: STJ, REsp 857.058/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/09/2006; REsp 1.383.406/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/11/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt na Pet 11.504/AM, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO RÉU/AGRAVANTE.

1. "Consoante o entendimento pacífico da jurisprudência desta Corte Superior, a superveniência de sentença de mérito no feito principal enseja a perda de objeto do recurso especial resultante de agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva ou denegatória de liminar ou antecipação de tutela, tendo em vista que a sentença absorve os efeitos do provimento liminar, por se tratar de juízo de cognição exauriente." (cf. AgInt nos EDcl no REsp 1651 652/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 01/06/2017) 2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 922.790/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, julgo prejudicado o presente recurso especial, em razão da perda superveniente de seu objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

